

## CARTA DE ARACAJU

O 59º CONAD – Conselho do ANDES-SN, realizado em Aracaju-SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, com a participação de 58 seções sindicais, 46 delegados, 117 observadores e 6 convidados, tendo como tema central *Luta em Defesa da Educação, Autonomia da Universidade, 10% do PIB exclusivamente para a educação pública*, analisou a conjuntura nacional e internacional, fez um balanço das atividades do Sindicato e, com base nesses aspectos, atualizou o seu Plano de Lutas. História e resgate na abertura, marcados pelo som dos tamancos e dos tambores. História e reafirmação da perspectiva de luta do ANDES – Sindicato Nacional na abertura, marcadas pela homenagem ao militante e lutador Marcio Antônio de Oliveira. Em sua posse, a diretoria gestão 2014-2016 assumiu o desafio de dar continuidade ao processo de construção coletiva e democrática que se expressa nas definições políticas e nas ações de luta.

A análise da conjuntura realizada no 59º CONAD destacou o aprofundamento da crise mundial, cuja resposta do capital tem se dado a partir da intensificação das medidas de austeridade, que implicam o acirramento dos ataques aos direitos dos trabalhadores. No Brasil, a ascensão dos movimentos grevistas e as jornadas de junho, em 2013, resultam da insatisfação frente aos impactos do aprofundamento da crise, abrindo uma nova conjuntura marcada pelas lutas populares que tem como resposta dos setores dominantes a criminalização dos movimentos sociais.

Nesse marco conjuntural, a intensificação da contrarreforma do Estado e sua expressão na política educacional demandam a ampliação da mobilização de trabalhadores e estudantes, e o tema da defesa da educação pública ganha centralidade, tal como definido no tema do evento.

A realização do Encontro Nacional de Educação, no início de agosto, reunindo mais de dois mil participantes, representou um marco e um importante passo no processo de reorganização do campo classista em defesa da educação pública. Segundo as proposições aprovadas no 59º CONAD, enraizar nossa ação em defesa da educação pública passa por dar continuidade à agenda de lutas e ações em curso, incluindo os encaminhamentos do Encontro, como a constituição de comitês estaduais em defesa da escola pública, a realização de um dia de luta em defesa da escola pública em outubro de 2014, a realização do II ENE em 2016, precedido de encontros estaduais e regionais, a manutenção e ampliação do Comitê Nacional em defesa dos 10% do PIB para a educação pública já. A defesa do “PNE da sociedade brasileira” como orientador da luta pela educação que defendemos, denunciando a tentativa de ressignificação do conceito de educação pública por meio do PNE oficial aprovado e a utilização da verba pública para fins privados foi aprovada, assim como o acompanhamento e análise de medidas governamentais que representem um ataque à educação pública, de qualidade e socialmente referenciada.

As políticas oficiais de Ciência e Tecnologia inovam, ampliando a subordinação e sujeição da vida acadêmica aos apetites, paixões e desejos do capital e demandam ações, tais como as aprovadas no 59º CONAD, de acompanhamento e aprofundamento dos debates sobre as formas de privatização no interior das instituições de ensino públicas, assim como sobre a pesquisa, a pós-graduação, as políticas produtivistas e suas consequências, que resultam na intensificação e precarização do trabalho docente.

As lutas populares recentes foram marcadas pelas reivindicações ligadas às questões urbanas. O 59º CONAD aprovou a intensificação e o aprofundamento no

âmbito do Sindicato do debate sobre a questão urbana, assim como sobre a questão agrária e ambiental, articulando-se com os movimentos sociais que trabalham o tema. Foi aprovada também a realização, nos dias 14, 15 e 16 de novembro de 2014, do Seminário Nacional sobre Povos Indígenas.

A implementação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares em algumas universidades, expressão contundente da privatização, da mercantilização e do ataque à autonomia, universitária, já evidencia resultados negativos para os técnico-administrativos, docentes, estudantes e usuários do Sistema Único de Saúde. O 59º CONAD aprovou a elaboração e divulgação das experiências e seus impactos como forma de subsidiar o enfrentamento aos processos de contratualização nas universidades que não aderiram.

As lutas dos docentes pela garantia dos direitos de aposentadoria devem ser permeadas pela solidariedade e pela compreensão de que os ataques não são exclusivos aos hoje aposentados ou aos que futuramente se aposentarão. Nesse sentido, as ações aprovadas no 59º CONAD combinam a intensificação da luta pela aprovação da PEC 555/2006 e do PL 4434 e a luta contra o regime de previdência complementar, sua expressão federal - o FUNPRESP -, estadual e municipal, dentre outras ações.

A contrarreforma do Estado em curso, em particular a universitária, aprofunda o processo de privatização, terceirização e precarização do trabalho, impondo desafios político-organizativos ao ANDES-SN. Nesse sentido, o 59º CONAD aprovou a realização, no início de novembro de 2014, do Seminário Nacional que debaterá a temática a partir das experiências e reflexões das seções sindicais. As realidades locais de cada instituição de ensino, incluindo a multicampia e a precarização do trabalho, em debate no Seminário, subsidiarão a formulação de respostas em nossos futuros fóruns deliberativos – Congresso e CONAD.

Dando sequência à nossa ação contra a terceirização no serviço público, foi aprovada a realização de debates sobre a temática no interior das instituições públicas de ensino – federais e estaduais -, assim como a cobrança dos dirigentes das instituições públicas de ensino. Na perspectiva de unidade com o conjunto dos trabalhadores do serviço público nessa luta, torna-se necessária a articulação com outras entidades da educação – FASUBRA e SINASEFE – e do serviço público federal, estadual e municipal, também aprovada pelos delegados presentes ao 59º CONAD.

O ano de 2013 foi marcado por intensa mobilização e pela deflagração de vários movimentos grevistas no âmbito das IEES em sua luta por melhores condições de trabalho, carreira docente e financiamento público. Ao tempo em que o 59º CONAD se realiza, as IES paulistas se encontram em greve, como resposta ao anúncio do congelamento dos salários, ao contingenciamento do financiamento público e à precarização das condições de trabalho. Para dar curso ao conjunto de ações no setor das IEES/IMES, foi aprovada a realização do XXII Encontro Nacional das IEES/IMES em setembro de 2014.

A agenda de lutas dos docentes das IFES, em unidade com os trabalhadores do serviço público federal, passará, segundo as ações aprovadas pelo 59º CONAD, pelo fortalecimento da CNESF como espaço organizativo de luta, assim como pela necessária ampliação da aglutinação de forças em torno do Fórum das Entidades Nacionais dos SPF, dando continuidade à Campanha Unificada de 2014. A atualização do Plano de Lutas dos Docentes das instituições federais de ensino aprovada inclui a deflagração do debate e das articulações políticas durante o segundo semestre de 2014, com o objetivo de preparar a campanha conjunta dos SPF de 2015.

A avaliação da importância das experiências da jornada de lutas e do Espaço de Unidade de Ação ensejou a aprovação no 59º CONAD de ações que visem prosseguir e fortalecer as ações unitárias de servidores públicos com outras organizações, entidades e movimentos sociais do campo classista.

A compreensão dos eixos centrais da luta dos docentes das IFE resultou na aprovação de um calendário de lutas para o segundo semestre de 2014 que inclui ações de defesa dos direitos de aposentadoria, da carreira, de condições de trabalho e autonomia universitária. Em contraposição à proposta de Lei Orgânica em curso, que, sob o pretexto de regulamentação, avilta o preceito da autonomia universitária, foi aprovado um conjunto de ações que incluem o aprofundamento dos debates sobre Universidade brasileira, tendo por base o Caderno 2 do ANDES-SN, especialmente nas IFE que estejam realizando processos estatuintes, destacando os temas da democracia e autonomia universitária.

A precarização e intensificação do trabalho docente, o assédio moral e a perda de direitos no interior das instituições particulares de ensino superior motivou a deliberação pela realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014 como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES, assim como, de ações no sentido da articulação com os movimentos sociais e outras entidades da área educacional para o enfrentamento das políticas adotadas nessas instituições e a cobrança do governo federal de ações no sentido de que as IPES funcionem de acordo com os dispositivos constitucionais. Foi aprovada a realização de um Encontro Nacional do Setor das IPES no segundo semestre de 2014 como forma de aprofundar o conhecimento sobre a situação de funcionamento das IPES.

Foi aprovada a ampliação da Comissão da Verdade e a realização de um Seminário Nacional precedido de encontros regionais.

No exercício de suas atribuições estatutárias, o 59º CONAD aprovou a Prestação de Contas do Exercício de 2013, expressando que foram respeitados todos os parâmetros e designações das instâncias do Sindicato, bem como a previsão orçamentária para 2015, considerando o Plano de Lutas e os esforços em defesa dos docentes do ANDES-SN.

A manutenção e o aprofundamento dos princípios da democracia no Sindicato Nacional foram a marca do debate e da aprovação de mudanças na metodologia do Congresso do ANDES-SN. O fortalecimento do Sindicato Nacional esteve expresso na homologação de duas novas seções sindicais aprovadas no 59º CONAD, como também nos debates realizados em que se reafirmaram os princípios que orientam a atuação autônoma e democrática do ANDES Sindicato Nacional.

Por fim, acreditamos que o 59º CONAD cumpriu seu papel em atualizar o nosso Plano de Lutas e manteve acesa a chama de um Sindicato autônomo, laico e com referência social.

Aracaju-SE, 24 de agosto de 2014

## MOÇÕES

### Moção 1

**Proponentes:** José Nunes da Silva, Levy Paes Barreto, Aderaldo Alexandrino de Freitas

**Seção:** ADUFERPE Seção Sindical

**Destinatário(s):** Sindicato dos Rodoviários de Recife e Região Metropolitana do Recife, CSP-Conlutas Nacional, CSP-Conlutas Regional Pernambuco, Tribunal Superior do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região

**Endereço do(s) destinatário(s):**

- CSP-Conlutas Regional Pernambuco: Rua José de Alencar, 44, Edifício Embaixador, sala 33, Boa Vista, Recife-PE, Cep.: 50070-030

- Tribunal Superior do Trabalho – SAFS, Quadra 8, Lote 1, Brasília – DF, Cep.: 70070-600

- Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região: Cais do Apolo, 739, Bairro do Recife – PE, Cep.: 50030-902

**e-mail:** [rodoviarios.rmr@gmail.com](mailto:rodoviarios.rmr@gmail.com); [cspconlutas@cspconlutas.org.br](mailto:cspconlutas@cspconlutas.org.br)

**Fator motivador da Moção:** suspensão, pelo Tribunal Superior do Trabalho, do aumento concedido aos rodoviários e rodoviárias da Região Metropolitana do Recife.

### MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam seu apoio à mobilização dos rodoviários do Recife e Região Metropolitana, que culminou com a paralisação dos serviços de transporte coletivo naquela cidade desde o dia 21/8. O motivo da paralisação foi a suspensão, pelo Tribunal Superior do Trabalho, de um aumento de 10% nos salários e de cerca de 75% no vale alimentação desses trabalhadores, concedido pelo Tribunal Regional do Trabalho, após greve de três dias ocorrida no mês de julho.

Repudiamos a postura do Judiciário brasileiro, que mais uma vez se posiciona ao lado dos empresários, negando direitos históricos da classe trabalhadora.

### Moção 2

**Proponentes:** Assembleia Geral da ADUFPA Seção Sindical

**Seção:** ADUFPA Seção Sindical

**Destinatário:** Ministério Público Federal - MPF

**Endereço do destinatário:** MPF – Belém/PA Cep.: 66055-200

**e-mail:** [ascom@prpa.mpf.gov.br](mailto:ascom@prpa.mpf.gov.br)

**Fator motivador da Moção:** desde que foi privatizada pelo governo do PSDB em 1998, a CELPA vem repassando à população o ônus da política privatista dos governos de plantão. Em pouco mais de 15 anos, os reajustes totalizaram 400% de aumento, duas vezes maior que a inflação. É inadmissível que o 4º maior produtor de energia elétrica nos faça pagar a maior tarifa do país! No início do mês de agosto, fomos surpreendidos com mais um reajuste absurdo de 34,4%, que irá impactar cerca de 2 milhões de

consumidores em todo o estado e ao qual certamente somar-se-á o repasse dos reajustes nos produtos e serviços.

### **MOÇÃO DE APOIO**

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam total apoio à luta pela redução da tarifa de energia elétrica. Que o governo Dilma e a ANEEL garantam a imediata revogação do reajuste na tarifa de energia elétrica, tanto pelo fato de que este é um verdadeiro furto como em virtude da péssima qualidade dos serviços fornecidos pela rede Celpa, com inúmeras interrupções no fornecimento, além de cobranças abusivas, o que a torna a pior concessionária de energia elétrica do país.

#### **Moção 3**

**Proponentes:** SINDUECE, SINDIUVA, SINDURCA

**Seções Sindicais:** as mesmas

**Destinatário:** Governador Cid Ferreira Gomes

**Endereço do destinatário:**

**Gabinete do Governo do Estado do Ceará**

**Endereço:** Av. Br. de Studart, 505 Aldeota- Fortaleza-CE CEP. 60.120-000

**e-mail:**

**Fator motivador da Moção:** não cumprimento na integralidade do acordo para acabar com a greve das universidades estaduais do Ceará em janeiro de 2014.

### **MOÇÃO DE REPÚDIO**

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, manifestam seu repúdio ao não cumprimento do acordo estabelecido entre os docentes grevistas das Instituições Estaduais de Ensino Superior - IEES cearenses com o governador Cid Ferreira Gomes, para por fim a última greve em janeiro de 2014. O governador Cid Ferreira Gomes assinou um acordo no qual constavam 5 (cinco) pontos prioritários exigidos pelos grevistas: 1- Regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos docentes; 2- Reescalonamento da tabela salarial dos servidores técnico-administrativos; 3- Concurso público para professores efetivos; 4- Ampliação das verbas para assistência estudantil; 5- Reforma e ampliação do prédio da FACEDI (Itapipoca-CE). Desses pontos, até o presente, somente dois (2) foram executados como acordado pelo governador Cid Ferreira Gomes: o relativo aos técnico-administrativos e o ponto de assistência estudantil. A promoção docente para a classe de associados não foi enviada à Assembleia Legislativa do Ceará, prejudicando a promoção de vários docentes, que não podem ascender nas suas carreiras. Os pontos acordados com o governador e o não cumprimento pelo mesmo são: o concurso para professores efetivos nas três (3) universidades estaduais do Ceará e a reforma e ampliação do prédio da FACEDI (Itapipoca). O não cumprimento do acordo na íntegra compromete fortemente a qualidade da educação ofertada pelas IEES cearenses.

## **Moção 4**

**Proponentes:** Fórum das AD (ADUSC-BA; ADUFS-BA; ADUSB; ADUNEB)

### **Destinatários:**

Excelentíssima Senhora **Dilma Rousseff** (Presidência da República)

Ao Excelentíssimo Senhor **Rodrigo Janot Monteiro de Barros** (procurador-geral da República)

Ao Excelentíssimo Senhor **José Eduardo Cardoso** (ministro da Justiça)

Ao Excelentíssimo Senhor **Jacques Wagner** (governador do Estado da Bahia)

Ao Excelentíssimo Senhor **Dom Erwin Kräutler** (Comissão Indigenista Missionário – CIMI)

**Fator motivador:** o povo Tupinambá historicamente habitou grande parte do litoral brasileiro, incluindo a região de Olivença, que abrange os municípios de Ilhéus, Buerarema e Una. Após 514 anos da chegada dos portugueses, de invasões, expulsões, massacres e prisões, este povo ainda resiste bravamente. O massacre no rio Cururupe, no atual município de Ilhéus, comandado pelo então governador-geral da Bahia (Mem de Sá), no século XVI e a Revolta do Índio Caboclo Marcelino, entre as décadas de 1930-1940, indicam o quanto a questão indígena sempre foi uma luta pela resistência Tupinambá e pelo direito à vida e luta pela demarcação das terras indígenas. Em 2002, ocorreu o reconhecimento étnico e em 20/04/2009 foi publicado no Diário Oficial da União o Relatório Circunstanciado de Delimitação da Terra Indígena Tupinambá de Olivença –BA, pela FUNAI. Desde a publicação do Relatório Demarcatório feito pela FUNAI, a demarcação não ocorreu. A demora do governo e da justiça federal em apresentar o parecer final tem feito os índios de Olivença a realizarem a justa autodemarcação de seu território através de retomadas legítimas. Por isto, pensamos que o governo e a justiça federal são os principais responsáveis pelo atual conflito na região. A imprensa, ruralistas e as elites locais, por sua vez, criaram um clima de guerra contra os indígenas. Além de invasores, agora são apresentados cada vez mais como ladrões, criminosos e bandidos. Em alguns lugares (comércio, ponto de ônibus etc.), sente-se o clima contrário à presença indígena. A situação é pior ainda na Serra do Padeiro, Buerarema e áreas de retomadas, onde os conflitos vão da ameaça à comunidade, agressões físicas, intimidação (carros da SESAI e IFBA queimados, tiros, aulas suspensas nas escolas indígenas etc.) e o assassinato de 5 indígenas que estavam nas áreas retomadas do latifúndio. Existem pistoleiros na região e todos se sentem alvos de humilhações e de possíveis atentados. Essa situação agravou-se ainda mais a partir do dia 02.02.2014, quando a Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar e Polícia Civil do estado da Bahia montaram uma operação de guerra para a desocupação de uma das áreas retomadas pelos tupinambás, na Serra do Padeiro, município de Buerarema – BA. Os relatos da comunidade tupinambá da Serra do Padeiro informam que foi montada uma verdadeira operação de guerra nesta ação, e os policiais chegaram atirando com armas de grosso calibre, conforme se pôde perceber com as cápsulas que foram deflagradas, recolhidas pelos tupinambás após a ação policial. Na sequência, como uma forma de intimidar ainda mais a comunidade indígena Tupinambá, a Força

Nacional e a Polícia Federal montaram uma base de operações dentro da fazenda São José, que tinha sido retomada pelos tupinambás.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam as violentas desocupações das áreas retomadas pela comunidade indígena Tupinambá de Serra do Padeiro – município de Buerarema, Olivença e Sapucaeira – município de Ilhéus e município de Una, no sul da Bahia, ao tempo em que solicitam do ministro da Justiça, senhor José Eduardo Cardoso, e do governador do Estado da Bahia, Jacques Wagner, a imediata retomada de negociações para pôr fim à violência contra as comunidades indígenas tupinambás do sul da Bahia e a imediata demarcação do território indígena Tupinambá de Olivença - BA.

### Moção 5

**Proponente: Fórum das AD (ADUSC-BA; ADUFS-BA; ADUSB; ADUNEB)**

#### **Destinatários:**

Ao exmo. sr. **Jacques Wagner** (governador do Estado da Bahia)

Ao exmo. sr. **Oswaldo Barreto** (secretário de Educação e Cultura)

Ao exmo. sr. **Nildon Pitombo** (coordenador do Ensino Superior – CODES)

Ao exmo. sr. **Paulo Roberto Pinto Santos** (Fórum dos Reitores das Universidades Estaduais Baianas)

Ao exmo. sr. **Marcelo Nilo** (Assembleia Legislativa do Estado da Bahia)

**Fator motivador:** ao longo de seu processo histórico, as universidades estaduais da Bahia (UESC, UESB, UEFS e UNEB) cumprem a missão de produzir e difundir conhecimento, formando profissionais, e de refletir criticamente sobre os espaços e regiões em que estão inseridas. Estas instituições têm sido importantes instrumentos de interiorização da educação superior, respondendo por mais de 70% das matrículas do ensino superior público no interior do Estado. Dessa forma, percebe-se a grande importância das universidades estaduais da Bahia para o desenvolvimento socioeconômico, científico e artístico-cultural, como também a sua relevância no combate às desigualdades entre as regiões do estado. Entretanto, apesar da sua importância, em 2014 foram investidos nas universidades estaduais da Bahia menos de 5% da Receita Líquida de Impostos (RLI), quando estas já demandavam, desde 2010, no mínimo 7% da RLI, com a revisão a cada dois anos.

## MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam o descaso com que governo do Estado da Bahia vem tratando o orçamento das universidades estaduais da Bahia – UEBA, reduzindo a

cada ano os recursos destinados à manutenção e ao investimento. Dessa forma, exigimos: subvinculação de no mínimo 7% da RLI para as estaduais baianas já para 2015, com revisão a cada dois anos, e orçamento nunca inferior ao executado nos anos anteriores; o fim dos atrasos no pagamento das faturas liquidadas com amparo orçamentário das universidades estaduais da Bahia; ampliação dos quadros de vagas e cargos para docentes e técnico-administrativos; aprovação imediata do PL da desvinculação de vagas por classe no quadro docente, e a revogação da Lei 7176/1997, garantindo a plena autonomia das universidades estaduais baianas.

## **Moção 6**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatários:**

- Reitor da USP, Marco Antônio Zago;
- Conselho Universitário da USP;
- Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - CRUESP;
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo;
- Governador do Estado de São Paulo;
- Fórum das Seis.

### **MOÇÃO DE REPÚDIO AO REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, repudiam as atitudes do reitor da USP, professor Marco Antônio Zago, que não se coadunam com a importância dessa instituição no cenário nacional, a saber:

- a recusa de reajustar os salários de docentes e funcionários técnico-administrativos na data base (1º maio), conforme pauta de reivindicação encaminhada em 28/03/2014;
- a negativa em manter diálogo efetivo com a comunidade acadêmica, decidindo, ao contrário, dirigir-se ao público externo por intermédio da mídia de grande circulação expressando opiniões e propostas desqualificadoras e/ou polêmicas sobre a universidade que atualmente dirige;
- o confisco de salário (corte de ponto) de funcionários técnico-administrativos, que se encontram no legítimo exercício do direito de greve;
- a ausência em reuniões marcadas com interlocutores externos, como uma delegação de deputados, e até mesmo em reuniões de comissões regimentais da Assembleia Legislativa de São Paulo, tal como a da Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento.

## **Moção 7**

**Proponente:** Diretoria do ANDES-SN

**Destinatários:**

- Governador do Estado de São Paulo;
- Assembleia Legislativa de São Paulo;
- Reitor da Universidade de São Paulo;
- Reitor da Universidade Estadual de Campinas;



- Reitora da Universidade Estadual Paulista;
- Fórum das Seis.

### **MOÇÃO DE APOIO À COMUNIDADE ACADÊMICA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DE SÃO PAULO**

Considerando:

- a importância da contribuição da USP, UNICAMP e UNESP para a formação dos profissionais de nível superior, em especial dos docentes que atuam na educação em todas as regiões do país;

- a grande expansão realizada por estas instituições nas últimas décadas, tanto em número de matrículas na graduação e na pós-graduação quanto na produção científica, cultural e atividades de extensão;

Os delegados ao 59º CONAD do ANDES-SN, realizado em Aracaju/SE, no período de 21 a 24 de agosto de 2014, vêm instar o governo paulista a:

- destinar a necessária complementação de recursos para garantir a manutenção da qualidade das atividades de ensino-pesquisa e extensão realizadas pela UNESP, UNICAMP e USP;

- envidar todos os esforços para que o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) abra negociação efetiva com as categorias em greve.